



## BOLETIM 259

Brasília, 2 de dezembro de 2016

# Construção civil fecha 441 mil vagas em 12 meses no país

O setor da construção civil fechou 441 mil vagas de emprego formais entre outubro de 2015 e outubro deste ano, uma queda de 14,66%, segundo levantamento do Sindicato da Construção de São Paulo (Sinduscon-SP). Ainda de acordo com a pesquisa, divulgada hoje (1º), o ramo emprega agora cerca de 2,64 milhões de pessoas, contra 3,08 milhões há um ano.

As maiores quedas foram registradas em Rondônia (40,5%), no Pará (25,9%) e no Piauí (21,4%). Em São Paulo foram fechados 11,3% dos postos de trabalho na indústria da construção no período de 12 meses.

A redução do nível de emprego reflete a retração enfrentada pelo setor nos últimos dois anos. O Indicador de Atividade das Empresas da Construção Civil, elaborado em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV), acumula queda de 19,3% de janeiro a setembro deste ano. O índice, que leva em consideração o patamar de emprego e a produção da indústria, caiu 13,71% em 12 meses ( de setembro de 2015 ao mesmo mês de 2016).

“A gente chegou ao fundo do poço”, disse a economista da FGV, Ana Maria Castelo, para explicar porque em termos relativos o desempenho do setor medido pelo índice foi,

RETRAÇÃO Travado, setor demitiu quase 500 mil pessoas nos últimos doze meses



neste ano, um pouco melhor do que no ano passado, quando o indicado ficou mais de 20% negativo. “Em termos relativos o pior já passou”, enfatizou.

**Previsões** - As previsões indicam, no entanto, que a indústria da construção deve continuar a reduzir os contingentes de trabalhadores durante os próximos meses. Para este ano, a estimativa é que a queda no nível de emprego fique em 14,5%, o que significa que até dezembro o número de pessoas trabalhando no ramo deve ser de 2,43 milhões, o mesmo patamar de agosto de 2009. “São números bastante ruins que dão a dimensão do que está acontecendo na atividade de um setor intensivo em mão de obra”, disse Ana Maria ao apresentar os dados.

Para 2017, a previsão é que o setor continue a cortar postos de trabalho, de acordo com a economista, que estima uma queda de 5,5% no nível de emprego no próximo ano. “Essa queda reflete ainda investimentos que estão sendo feitos pelas empresas em produtividade, essa melhor utilização da mão de obra”, explicou a economista.

Para o índice de de atividade, a expectativa é fechar o ano que vem com crescimento de 0,5%. “Estamos muito longe ainda de um processo de recuperação dessas taxas negativas que fecharam esses três anos”, concluiu Ana Maria.



O presidente do Sinduscon, José Romeu Ferraz, acredita que o setor só irá se recuperar se a economia voltar a crescer. “No mercado imobiliário o que acontece, nós não temos um cenário de economia mais estável no futuro. Isso faz com que as pessoas não queiram se endividar”, exemplificou sobre os problemas enfrentados pela indústria. “Tem uma série de medidas que tem que sair para que a economia seja reativada. Automaticamente todo o nosso setor será reativado”, acrescentou ao defender a aprovação do limite de gastos públicos e a reforma da previdência.

*Fonte: Agência Brasil*

## Faturamento da indústria cai 3,3% em outubro, diz CNI

O faturamento da indústria caiu 3,3% em outubro frente a setembro, na série com ajuste sazonal, de acordo com a pesquisa Indicadores Industriais, divulgada nesta quinta-feira (1º) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Essa foi a quarta redução consecutiva do indicador. Na comparação com outubro de 2015, a diminuição é de 18%.

Todos os indicadores da pesquisa registraram queda em outubro na comparação com setembro, nas séries de dados com ajuste sazonal. As horas trabalhadas na produção caíram 1,7% e alcançaram o menor nível da série histórica, que começou em 2003. De janeiro a outubro, as horas trabalhadas na produção

acumulam uma redução de 8,3% frente ao mesmo período do ano passado.

O emprego recuou 0,6% em outubro ante setembro, na 21ª queda consecutiva do indicador. De janeiro a outubro, o emprego acusa retração de 8% em relação ao mesmo período de 2015.

**Massa salarial cai 1,4% em outubro** - A pesquisa mostra ainda que a massa salarial real caiu 1,4% em outubro na comparação com setembro. No acumulado de janeiro a outubro, a massa real de salários é 8,8% menor do que a de igual período do ano passado. O rendimento médio real dos trabalhadores encolheu 0,9% em outubro em relação a setembro. A perda é de 0,8% no acumulado de janeiro a outubro frente aos mesmos meses de 2015.

A utilização da capacidade instalada caiu 0,4% e alcançou 76,6% em outubro. É o menor nível desde 2003, quando começou a série histórica, informa a CNI.

*Fonte: Agência Brasil*

## Selic tem segunda queda consecutiva mas juros reais continuam mais altos

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) anunciou nesta quarta-feira (30) uma nova redução dos juros básicos da economia (Selic), de 0,25% ponto percentual. A taxa, que estava em 14% ao ano, caiu para 13,75% ao ano. A decisão foi unânime.

No mês passado, o comitê também reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, a primeira queda em quatro anos.



De acordo com comunicado divulgado pelo BC após a reunião, “a inflação recente mostrou-se mais favorável que o esperado, em parte em decorrência de quedas de preços de alimentos, mas também com sinais de desinflação mais difundida”.

O Copom destaca ainda, entre outros fatores, que as projeções para a inflação de 2016, nos cenários de referência e mercado, recuaram e se encontram em torno de 6,6%. As projeções para 2017, nos cenários de referência e mercado, situam-se em torno de 4,4% e 4,7%, respectivamente. Para 2018, as projeções encontram-se em torno de 3,6% e 4,6%, nos cenários de referência e mercado, respectivamente. Com isso, os juros reais estão ainda mais elevados.

*Fonte: Agência BRASIL*

## **Projeto que diminui recursos para sindicatos recebe parecer favorável e pode ir a voto na próxima quarta (7)**

A matéria está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para debate e votação na próxima quarta-feira (7). O relator do PLS 385/16, do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), que limita o pagamento da contribuição sindical somente pelos filiados recebeu parecer favorável, com emenda, do relator, senador Wilder Moraes (PP-GO).

Pela proposta, as contribuições devidas aos sindicatos, pelos sindicalizados de categorias econômicas, profissionais ou das profissões liberais por eles representados, serão, sob a denominação de “contribuição sindical”, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida.

A contribuição sindical, em favor dos sindicatos, será devida por todos aqueles que se filiarem e se mantiverem filiados a um sindicato representativo de categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, determina a proposição.

**Tramitação** - A matéria será apreciada em caráter terminativo pela CAS, salvo apresentação de recurso para apreciação em plenário. Caso o parecer pela aprovação seja aprovado pelo colegiado, a matéria segue para apreciação na Câmara dos Deputados. Caso seja rejeitado e/ou aprovado um parecer pela rejeição, a matéria será arquivada.

*Fonte: Diap*

## **Terceirização: parecer do senador Paim sobre PLC 30 está na pauta de terça (6)**

O parecer do senador Paulo Paim (PT-RS) sobre o PLC 30/15, terceirização, está na pauta do plenário do Senado da próxima terça-feira (6). O projeto está em discussão no âmbito da Agenda Brasil.

O projeto (PLC 30/15), já aprovado na Câmara (PL 4.330/04), regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. Isto é, regulamenta a modalidade de



contratação para as atividades-meio e a expande para a atividade-fim.

**Dois visões** - No debate, estarão em disputa duas visões que se digladiam em torno da questão da terceirização: uma é a que defende a terceirização geral, da atividade-meio, expandindo-a para a atividade-fim. Se junta a essa visão radicalizada de precarização das relações de trabalho, a quarterização e a pejotização.

De outro lado, numa linha de preservação de direitos, respeito e equilíbrio das relações de trabalho, o relator, senador Paim, trabalhou um relatório que contempla as principais demandas do movimento sindical neste tema.

Quais sejam: distinção entre atividade-meio e fim, relações solidárias x subsidiária, representação sindical, subcontratação ou quarterização e pejotização. Então vejamos:

#### **Atividade-meio e fim**

No quesito atividade meio e fim, Paim, no seu relatório regulamenta a terceirização na atividade-meio e a proíbe na atividade-fim.

#### **Relação solidária x subsidiária**

Paim manteve o texto aprovado pela Câmara, que garante a relação solidária.

#### **Representação sindical**

Paim manteve o texto aprovado na Câmara. Isto é, garante isonomia de direitos entre o contratado diretamente e o terceirizado.

#### **Subcontratação ou quarterização**

Pelo relatório de Paulo Paim fica proibida a subcontratação ou quarterização, com ressalvas para o segmento da construção civil ou setores que possuem legislação específica sobre o assunto.

#### **PJ (pejotização)**

Pelo relatório que vai à discussão, fica proibida a contratação de pessoa física como se jurídica fosse. O texto aprovado pela Câmara permitiu isto, com quarentena. Isto é, o empregador poderia demitir o trabalhador e dois anos depois contratá-lo como pessoa jurídica (pejotização).

*Fonte: Diap*

## **Projeto de Medidas de Combate à Corrupção inicia tramitação no Senado como PLC 80/2016**

O Senado Federal recebeu e numerou nesta quarta-feira, 30/11, o projeto de lei (PL) 4850/2016, que dispõe sobre medidas de combate à corrupção. Agora, a matéria passa a tramitar como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 80/2016.

Além de ser numerado no Senado, a proposição recebeu no mesmo dia de sua chegada



à Casa o Requerimento nº 917/2016, dos líderes partidários, que solicitava urgência e inclusão na ordem do dia para votação, nos termos do artigo 336, inciso III e 281 do Regimento Interno do Senado (RISF).

Votado inicialmente de maneira simbólica, sem registro de posicionamento dos senadores, o pedido de verificação fez com o pedido de urgência passasse a ser votado nominalmente. Dos 60 senadores presentes à sessão, 44 votaram contra a urgência, 11 votaram a favor e houve também a abstenção do presidente.

Com a rejeição do pedido de urgência, a matéria será enviada à Comissão de Constituição e Justiça e o presidente do colegiado, senador José Maranhão (PMDB-PB) irá designar relator para o PLC 80/2016.

*Fonte: Diap*

## Temer diz que Reforma da Previdência será enviada ao Congresso na próxima semana

O presidente Michel Temer disse nesta quinta-feira (1º), em evento na capital paulista, que a proposta de emenda constitucional que propõe o teto de gastos das contas públicas federais (PEC 55/2016) não é suficiente para gerar a credibilidade nem reduzir a recessão. Segundo Temer, "é preciso caminhar mais". Ele informou que a Reforma da Previdência será enviada ao Congresso Nacional já na próxima semana. O depoimento foi dado durante o Brazil Opportunities Conference, evento do banco J. P. Morgan.

"Devo registrar que a proposta de emenda constitucional do teto não é suficiente para gerar a credibilidade integral e, no particular, capaz de reduzir ou impedir a recessão. É preciso que caminhemos mais. E o caminhar mais significa que faremos na próxima semana, quando remeteremos ao Congresso Nacional, uma proposta de emenda à Constituição que visa a readequar a Previdência Social no nosso país", disse. Segundo ele, o déficit da Previdência Social é de quase R\$ 100 bilhões neste ano e a projeção é de que seja de R\$ 140 bilhões para o ano que vem.

**Crise política** - O presidente afirmou que, ao longo dos últimos meses, a confiança na economia começou a crescer no agronegócio, na indústria e também no comércio. No entanto, reconheceu que a crise política prejudicou essa credibilidade.

Temer citou a tentativa da Câmara de aprovar uma espécie de anistia ao caixa dois eleitoral e o pacote anticorrupção, também aprovado na Casa, que inclui o crime de responsabilidade para juízes e promotores como fatos que criaram "um natural embate em setores governamentais" e na própria opinião pública.

Segundo o presidente, esses fatos criaram uma certa instabilidade. "Toda vez que há instabilidade, o investidor põe um pé para trás, fica esperando para verificar quais são os acontecimentos", disse, ao falar para um público de investidores internacionais, clientes do banco J. P. Morgan.

"É preciso pacificar o país. Não podemos permanentemente viver em atrito entre várias correntes. Você pode atritar as ideias, mas não as pessoas", disse o presidente.

*Fonte: Portal EBC*



*Mazinho durante seu discurso na reunião do FST*



*Miraldo também participou do evento do FST*

## Seminário do FST aprova plano de lutas mas só um senador comparece

As Confederações de trabalhadores que integram o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) reuniram-se esta semana, em Brasília, no Seminário Nacional de Unificação das Lutas dos Trabalhadores. Cerca de 400 trabalhadores e dirigentes sindicais participaram do evento, realizado no Auditório Petrônio Portela do



Senado. O ato foi coordenado pelo presidente da CONTEC, Lourenço Prado, coordenador do FST.

O encontro contou com a presença de um único senador Paulo Paim (PT-RS), que falou sobre a conjuntura política. O parlamentar declarou apoio à luta dos trabalhadores contra a aprovação da PEC-55 e os ataques a direitos trabalhistas.

**CONTRICOM** – A CONTRICOM foi representada no encontro do FST pelo seu presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, como também pelo secretário de Finanças, Aroldo Pinto Garcia, e o secretário-geral, Miraldo Vieira.

Após o evento, Mazinho considerou “lamentável a organização de um encontro dessa importância no parlamento com a presença de um único senador, que ainda teve que se ausentar antes do seu encerramento”.

O dirigente sindical disse que chegou a se sentir “constrangido”, pois para realizar um evento no Parlamento seria fundamental garantir a presença de outros deputados e senadores. E defendeu que o encontro “deveria ter sido realizado em outro ambiente para que pudéssemos demonstrar mais força, pois nem todas as confederações também estiveram presentes”. Segundo o presidente da CONTRICOM, “precisamos – todo o movimento sindical – fazer uma reflexão para que os próximos eventos dessa natureza sejam mais bem sucedidos”.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Projeto que cria jornada flexível de trabalho gera polêmica em audiência

Marcantes divergências surgiram em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na tarde desta quarta-feira (30), sobre projeto que cria contratos de emprego por hora trabalhada, em escala móvel. Para os defensores da jornada flexível, também chamada de intermitente, a proposta traz solução para as exigências do mundo moderno, atendendo a quem quer trabalhar apenas em alguns dias da semana ou em parte do dia e, do outro lado, empresas que não precisam manter empregados permanentes por 44 horas semanais.

Os críticos, contudo, apontam a proposta (PLS 218/2016) como mais uma brecha para favorecer a precarização do emprego, por meio de contratos sem garantia de salário fixo e pagamento apenas proporcional de direitos como o 13º salário e férias. Houve também questionamentos aos argumentos dos defensores sobre a capacidade do projeto em gerar novos empregos e contribuir para formalização de trabalhadores que na vida real já estão em jornadas flexíveis e sem nenhum tipo de proteção de direitos trabalhistas.

O projeto que trata do tema é de autoria do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Ele foi também um dos propositores da audiência pública, que teve um segundo requerimento assinado pelo senador Paulo Paim. Participou o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, além de dirigentes sindicais e de entidades que

representam segmentos empresariais do comércio e serviços. A condução dos trabalhos foi feita pelo presidente da CAS, Edison Lobão (PMDB-MA).

*Fonte: Agência Senado*

## Senado desmembra PEC que põe fim à reeleição e adia votação

O plenário do Senado aprovou um requerimento para desmembrar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a reeleição no Brasil. A intenção inicial era votar a PEC nesta quarta-feira, mas os senadores optaram por dividir o conteúdo da proposta, mantendo na pauta do plenário a parte que trata da reeleição e remetendo o restante à Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

O texto que será votado pelo plenário estabelece que a possibilidade de reeleição acabará a partir dos próximos mandatos. Assim, quem está nos cargos de presidente da República, governador ou prefeitos atualmente – e os que foram eleitos este ano – poderão se reeleger, mas os próximos não.

*Fonte: Portal EBC*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**